

Anexo I do Plano Anual de Auditoria de 2017

Nº	<u>Descrição Sumária</u> (indicação da Área/Processo auditada(o) e do Conhecimento específico exigido para realizar a auditoria):	<u>Risco e Relevância</u> (indicação do risco inerente ao objeto a ser auditado e sua relevância em relação ao órgão):	<u>Classificação da Auditoria:</u>	<u>Objetivo(s)</u> (indicação dos resultados esperados e especificação de que forma a vulnerabilidade do objeto a ser auditado pode ser mitigada):	<u>Escopo</u> (indicação da amplitude dos exames em relação ao universo de referências do objeto a ser auditado):	<u>Data</u> (início e término):	<u>Previsão da equipe que realizará os exames de auditoria:</u>
1	<p>Área auditada: Planejamento das contratações, procedimentos licitatórios, dispensas e inexigibilidade de licitação.</p> <p>Conhecimentos específicos: Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002, Instrução Normativa CNJ nº44/2012. Resoluções CNJ nº 182/2013, nº 169/2013 e nº</p>	<p>Risco: impropriedades no procedimento licitatório, dispensa ou inexigibilidade de licitação, que levam à inadequada utilização dos recursos públicos. Comprometimento da execução contratual em razão da falha no planejamento da contratação.</p> <p>Relevância: cumprimento de formalidades, preceitos</p>	Auditoria de Conformidade	<p>Objetivo: Avaliar o conteúdo dos documentos utilizados para formalização do planejamento das contratações, em especial os estudos técnicos preliminares e análise dos instrumentos para planejamento das contratações e dos processos de licitação, dispensa e inexigibilidade de licitação quanto à regularidade na instrução e</p>	<p>Escopo: Serão selecionados processos de aquisição/prestação de serviços por relevância e materialidade. Também serão analisadas aquisições por dispensa e inexigibilidade.</p>	<p>Data: janeiro a março de 2017.</p>	Quatro servidores

	183/2013. Acórdãos do TCU sobre planejamento das contratações.	legais e exigências oriundas do TCU.		legalidade dos procedimentos adotados.			
2	<p>Área auditada: Processo Anual de Contas.</p> <p>Conhecimentos específicos: Decisões Normativas do TCU sobre o processo de contas anual, Resolução TCU nº 234/2010, Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Lei Complementar nº 101/2000, Leis nº 8.666/1993, nº 8.112/1990, nº 10.520/2000 e legislação correlata.</p>	<p>Risco: inobservância dos objetivos para os quais foram aprovados os programas e recursos públicos.</p> <p>Relevância: cumprimentos de formalidades, preceitos legais e atingimentos dos indicadores de gestão, bem como avaliação de controles internos.</p>	Auditoria de Gestão	<p>Objetivo: avaliar a governança, os mecanismos de transparência, a regularidade dos atos, a confiabilidade das demonstrações financeiras e o desempenho da gestão.</p>	<p>Escopo: avaliação de informações e documentos que compõem o Processo de Contas Anual definido pelo Tribunal de Contas da União.</p>	<p>Data: abril a maio 2017.</p>	Quatro servidores

3	<p><u>Área auditada:</u> Gestão das políticas judiciárias instituídas pelas Resoluções do CNJ.</p> <p><u>Conhecimentos específicos:</u> Resoluções editadas pelo CNJ.</p>	<p><u>Risco:</u> Edição de resoluções com pouca efetividade no Poder Judiciário e descumprimento das obrigações criadas por esses normativos.</p> <p><u>Relevância:</u> As Resoluções do CNJ editam normas para o Poder Judiciário e devem ter seu processo de criação e acompanhamento revisado para garantir o alcance das propostas ali contidas.</p>	Auditoria Operacional.	<p><u>Objetivo:</u> Avaliar o processo de criação e acompanhamento das resoluções do CNJ a fim de verificar a efetividade das obrigações criadas por esses normativos.</p>	<p><u>Escopo:</u> Avaliar o processo para edição de resoluções no CNJ e acompanhamento do seu cumprimento. Avaliação da gestão das políticas originárias das resoluções.</p>	<p><u>Data:</u> junho a agosto de 2017.</p>	Quatro servidores.
---	---	--	------------------------	---	---	--	--------------------

4	<p>Área auditada: Indicadores do Planejamento estratégico.</p> <p>Conhecimentos específicos: Portaria CNJ nº 167/2015, Resolução nº 198/2014.</p>	<p>Risco: Ausência de indicadores apropriados podem interferir negativamente no atingimento da estratégia.</p> <p>Relevância: os indicadores da gestão demonstram numericamente os resultados alcançados. Sem medição adequada fica comprometida a gestão das informações e a tomada de decisões estratégicas para o órgão.</p>	Auditoria Operacional.	<p>Objetivo: avaliação do processo de criação, medição e monitoramento dos indicadores de desempenho da gestão.</p>	<p>Escopo: Serão examinados os indicadores de desempenho da estratégia vigentes no CNJ.</p>	<p>Data: setembro a novembro de 2017.</p>	Quatro servidores.
---	---	---	------------------------	--	--	--	--------------------

5	<p>Área Auditada: Processo de Contratação.</p> <p>Conhecimentos Específicos: Lei nº 8.666/1993 e legislação correlata; Manual de Gestão de Contratos CNJ; Manual de Organização do CNJ; Processos de Trabalho do CNJ.</p>	<p>Risco: Ausência ou ineficácia de controles internos administrativos nos processos que compõem o macroprocesso de contratação.</p> <p>Relevância: Observância dos processos de trabalho aprovados; eficácia do processo de trabalho aprovado e dos controles adotados pelas unidades envolvidas.</p>	Auditoria Operacional.	<p>Objetivo: Avaliar a efetividade dos controles utilizados pelas unidades administrativas que participam do macroprocesso de contratação, desde a elaboração de Estudos Técnicos Preliminares até a gestão contratual.</p>	<p>Escopo: Serão analisados todos os processos de trabalho que integram o macroprocesso de contratação.</p>	<p>Data: janeiro a março de 2017.</p>	Quatro servidores.
---	---	--	------------------------	--	--	--	--------------------

6	<p>Área auditada: Gestão de Processos de Trabalho mapeados pelo DGE.</p> <p>Conhecimentos Específicos: Processos de trabalho do CNJ; Manual de Organização do CNJ;</p>	<p>Riscos: Processos de trabalho desatualizados; atividades em desacordo com o Manual de Organização; ausência de segregação de funções; etc.</p> <p>Relevância: efetividade do processo de trabalho publicado; adequação às normas vigentes.</p>	Auditoria Operacional.	<p>Objetivo: Avaliar a atualização, eficácia e adequação de processos de trabalho do CNJ às normas internas, às boas práticas administrativas e às atribuições das unidades orgânicas.</p>	<p>Escopo: Serão analisados os seguintes processos de trabalho: Parecer Sobre Legalidade de Minuta de Atos Oficiais Administrativos (AJU); Realização de Eventos Presenciais (CEAJud); Análise e Melhoria de Processos (DGE); Mapeamento de Processos (DGE); Pesquisas (DPJ); Processos Administrativos (DTI); Manutenção de Veículos (NULS); Abastecimento de Veículos (NULS); Tratamento Especial de Manifestação (OUV); Controle de Material e Patrimônio (SAD); Execução de Serviço de Manutenção (SAD); Adicional de Qualificação: Ações de Treinamento (SGP); Concessão de Hora Extra (SGP); Suprimento de</p>	<p>Data: abril e maio de 2017.</p>	Três servidores.
---	--	---	------------------------	---	---	---	------------------

					Fundos (SOF); e Emissão de Nota de Empenho (SOF).		
7	<p>Área auditada: Programa de Qualidade de Vida no Trabalho.</p> <p>Conhecimentos Específicos: Planejamento Estratégico; Ações do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho; Documentos elaborados nas Reuniões de Análise Estratégicas (RAEs).</p>	<p>Risco: Baixo percentual de implementação das ações previstas no Programa de Qualidade de Vida; ausência de formalização das ações.</p> <p>Relevância: Cumprimento do Planejamento Estratégico do CNJ.</p>	Auditoria de Resultado.	<p>Objetivo: Avaliação do atingimento do objetivo estratégico “Implantar ações que promovam a saúde e a qualidade de vida no trabalho, de forma integrada e contínua”.</p>	<p>Escopo: Análise dos documentos relacionados ao Programa de Qualidade de Vida e das ações implementadas em comparação às previstas.</p>	<p>Data: junho e julho de 2017.</p>	Quatro servidores.

8	<p>Área auditada: Gestão Documental.</p> <p>Conhecimentos Específicos: Sistema SEI; Sistema Siga-DOC; Sistema PJe; Portaria CNJ nº 113/2011; Portaria CNJ nº 105/2015; Recomendação CNJ nº 37/2011 e alterações.</p>	<p>Risco: Inobservância das tabelas de temporalidade definidas; perda de documentos; inobservância das normas de gestão documental estabelecidas em Manual.</p> <p>Relevância: Cumprimento das normas relativas à Gestão Documental.</p>	Auditoria de Gestão.	<p>Objetivo: Avaliar a criação, manutenção, utilização e prazos de conservação dos documentos que são gerados e o encaminhamento final para conservação permanente ou descarte e, ainda, as rotinas para gerenciamento dos acervos de documentos administrativos e de processos judiciais, como forma de apoio à decisão, à preservação da memória institucional e à comprovação de direitos.</p>	<p>Escopo: Serão analisados os sistemas de gestão documental e as rotinas das unidades orgânicas envolvidas no processo de gestão documental, de modo a avaliar a aderência às normas vigentes e a eficácia das rotinas adotadas.</p>	<p>Data: Agosto e setembro de 2017.</p>	Três servidores.
---	--	--	----------------------	--	--	--	------------------

9	<p>Área auditada: Gestão Socioambiental.</p> <p>Conhecimentos Específicos: Planejamento Estratégico; Plano de Logística Sustentável; Resolução CNJ nº 201/2015; Portaria CNJ nº 60/2016; Documentos elaborados nas Reuniões de Análise Estratégicas (RAEs).</p>	<p>Risco: Baixo percentual de implementação das ações previstas Plano de Logística Sustentável do CNJ; ausência de formalização das ações.</p> <p>Relevância: Cumprimento do Planejamento Estratégico do CNJ.</p>	Auditoria de Resultado.	<p>Objetivo: Avaliação do atingimento do objetivo estratégico “Fomentar práticas de sustentabilidade, racionalização dos recursos públicos e redução do passivo ambiental”.</p>	<p>Escopo: Análise dos documentos relacionados ao Plano de Logística Sustentável do CNJ, dos indicadores correlatos e das ações implementadas em comparação às previstas.</p>	<p>Data: outubro e novembro de 2017.</p>	Três servidores.
---	---	---	-------------------------	--	--	---	------------------